



## Máquinas da voz, máquinas da escrita: estética da ciência e da tecnologia na “cronística” de Maria Judite de Carvalho

Pedro Serra

Universidade de Salamanca

**PALAVRAS-CHAVE:** MARIA JUDITE DE CARVALHO, CRÓNICA, VOZ, MÁQUINA.

**KEYWORDS:** MARIA JUDITE DE CARVALHO, CHRONICLE, VOICE, MACHINE.

longo futuro de céu tapado, de sol ausente

MJC

*A Janela Fingida*, volume acabado de imprimir em Maio de 1975, reúne textos publicados em 1968 e 1969 por Maria Judite de Carvalho. Fê-lo predominantemente no *Diário de Lisboa* e, neste mesmo jornal, viriam a lume, entre 1970 e 1975, os textos de *O Homem no Arame*, reunidos em livro no ano de 1979. Peças de género incerto em linguagem despojada, “cronística” rente aos dias, entre a notação documental ou testemunhal e a efabulação não raro incipiente, literatura da solidão e da solidariedade entre o lirismo e o desencanto, escrita de um tempo presente que é subsumido pelo impossível presente da escrita, os textos de Maria Judite de Carvalho reunidos nestes dois volumes devolvem-nos imagens de uma sociedade portuguesa suspensa entre a mudança e o imobilismo, sociedade em que se vão impondo e percutem as materialidades e as simbolizações do capitalismo tardio. Turismo, consumo, espectáculo, burocracia, poluição, crescimento urbano, novas máquinas, novas formas de sociabilidade, novos usos linguísticos, irrompem numa

sociedade estruturalmente pré-moderna. Sociedade *em transe*, isto é, conformada por uma temporalidade que é tanto *revolução* como *parálise*: “Perde-se tanto a noção do tempo... Há alturas em que ele parece ter-se petrificado, outras em que é como folha seca na água corrente” (Carvalho, 1975: 37), lemos no texto “A Nota”, certamente variação de uma tópica antiga. Tempo petrificado e tempo fluído, tempo imóvel e tempo revoltado, a questão que palpita no âmago das crónicas reside precisamente na ‘noção’ de tempo: “O tempo é cada vez mais rápido e os dias mais curtos”, (Carvalho, 1979: 89) assenta o texto “Velocidade”. Daí que um binómio como velocidade/quietude tenha uma dimensão estruturante em *A Janela Fingida* e *O Homem no Arame*. Mas, como veremos, o binómio ruído/silêncio também vertebra a ‘máquina do mundo’ que conforma esta cronística. Ambos, entretanto, definem uma mundivisão em que a aceleração temporal vai obsolescendo os homens, as palavras e as coisas. Homens – sobretudo, em rigor, mulheres –, palavras e coisas que se empilham como erros e velharias num mesmo espaço inabitável.

Assim, proponho, neste ensaio, uma leitura destas duas colecções de textos breves de Maria Judite de Carvalho, mostrando como neles se refractam dissonâncias e harmonias dos últimos anos da ditadura e se articula uma voz *autoral* num tempo em que se estranham as vozes: “Eu não sabia como era a minha voz; nunca a tinha escutado a sério, com atenção... Como havia de ser, se falo ao mesmo tempo? Um dia apareceu lá em casa um gravador, e ei-la a entrar-me pelos ouvidos. Isto é a minha voz, perguntei num espanto?” (“O Gravador”) (Carvalho, 1975: 25-26). O ‘gravador’, índice justamente das transformações das materialidades tardo-capitalistas ao nível do ‘mundo da vida’, é um dos catalizadores da redefinição de subjectivações e processos identitários num universo social que, em 1974, perfaz uma nova entrada na História. Amplexo de problemas que não são de somenos importância para interpretação da escrita e textos de Maria Judite de Carvalho enquanto dispositivos discursivos que conformam uma ‘voz autoral’ *feminina* numa sociedade *em transe* como a portuguesa, tensada entre a realização e a promessa da democracia.

Ora, convenhamos desde já que as máquinas da voz e as máquinas da escrita são, em primeiro lugar, objectos. Os objectos, nas crónicas, não raro devêm coisas. Ou, se se quiser, “geringonças”. O vocábulo “geringonça” ocorre no texto “De Avião”, proferido por um “velho sozinho na cidade” de setenta anos. Dirigindo-se à hospedeira do voo, pergunta: “Menina, esta geringonça... Quero dizer, ‘isto’, é sempre assim?” (Carvalho, 1975: 100). Digamos que para este velhote o ‘avião’ não é tanto um ‘objecto’ – determinado por um discurso epistémico que o legitima socialmente, etc. – mas sim uma ‘coisa’. Enfim, uma apoquentação. Colijo esta discriminação entre ‘objecto’ e ‘coisa’ de um instigante ensaio

de Bruno Latour intitulado “From Realpolitik to Dingpolitik or How to Make Things Public” (Latour, 2005). A ele regressarei em diferentes momentos deste ensaio.

De facto, as crónicas de Maria Judite de Carvalho estão repletas de objectos mais ou menos importunos: corações transplantados ou enxertados; discos voadores; carros ou automóveis assassinos, os seus ‘claxons’ e volantes; gravadores; livros e velhas agendas; imagens beatas; caixas registadoras; sapatos e vestidos; táxis; listas dos telefones; prédios ou cubos habitáveis; autocarros, comboios-toupeiras ou metropolitanos e suas vozes; eléctricos; cadernos; gravatas verdes; aviões e os seus voos nocturnos; chaminés; magazines; elevadores; casacos de astracã ou *visions*; pianos; janelas; electrodomésticos ou ‘máquinas caseiras’ (frigoríficos, telefones, rádios, televisões, máquinas de lavar roupa e loiça); amostras de *chiffon*; mechas de cabelo; piscinas; fatos e vestidos de seda; transístores ou ‘máquinas gritadoras’; portas automáticas de célula fotoeléctrica; máquinas de escrever; champôs, loções e lacas; boiões de creme; espelhos biselados, ou, enfim, jornais e seus anúncios. Não constituem propriamente emblemas, nem se limitam à condição de elementos decorativos. É toda uma ecologia objectual a que nos é devolvida pelos textos cronísticos da autora de *Tanta Gente, Mariana*. Como se o ‘mundo da vida’ fosse um campo gravitatório de atracção de coisas avulsas mas proeminentes, coligação de objectos principais que enchem o ângulo de observação, que atulham os lugares da intensidade dos sentidos e da experiência. Objectos no ‘mundo da vida’, objectos que são também *coisa pública* – tanto *res privata* como *res communis* –, objectos cuja energia de atracção e gravitação é, como veremos, ‘política’. Desde logo porque são coisas que não apenas ocupam uma extensão, também se juntam e reúnem, ou separam, os indivíduos: constituem um campo magnético.

O meu interesse pela cronística de Maria Judite de Carvalho estriba na possibilidade de fazer a genealogia do valor das coisas e dos objectos na definição do político. A *res publica*, o político, não se define apenas pela acção comunicativa de sujeitos que, precisamente se conformassem como sujeitos por usos discursivos carentes de instâncias de legitimação. Os textos jornalísticos reunidos em *A Janela Fingida* e *O Homem no Arame* refractam de modo fragmentário a importância de determinadas coisas e objectos nos finais da década de 60 e nos anos imediatamente anteriores àquele que seria o acontecimento fundamental da vida política portuguesa contemporânea, o advento da Democracia em 1974.

Neste sentido, a obra de Maria Judite de Carvalho não responde por um tempo em que o sujeito fosse um cidadão livre, expressando em liberdade as suas ideias por meio de argumentos da Razão. O *corpo político* do tempo por que responde a cronística de *A Janela Fingida* e *O Homem no Arame* não era propriamente encabeçado por uma representação agorática. A cabeça do *corpo político* era o ponto transcendental arquimediano que produ-

zia um modelo de mundo auto-evidente, legislando o lugar dos objectos e dos indivíduos; enfim, impondo-lhes uma ontologia estável e previsível. Um ponto que, na verdade, carecia propriamente de um lugar localizado – passe o pleonasma –, dado o seu carácter absoluto e não relativo: ponto, pois, de emanação da Verdade. O poder da ditadura assenta num regime hermenêutico solidamente alicerçado em universais de uma razão intratável. O salazarismo (e o seu avatar marcelista) funciona, diríamos, como uma máquina célibe, uma tecnologia celibatária que tem, seguramente, na “retórica da invisibilidade” um dos seus traços mais determinantes<sup>1</sup>. Como argumenta José Gil, Salazar – que não é um orador – fizera assentar o seu discurso de verdade, e a sua engenharia de almas, numa máquina discursiva objectivada em “pedaços de prosa que foram ditos”. É este o fulcro enigmático da “retórica sem retórica”, na formulação de José Gil: “como pensava ele comunicar ‘profundamente’ – já que esta era a sua intenção confessa – com os seus auditores, se recusava toda a dimensão ‘passional’ ou ‘irracional’ da eloquência (aquilo que Aristóteles designava por *atechnon*, ‘sem arte’)? Questão ainda mais intrigante, se tivermos em conta que ele sabia sem dúvida que a ‘racionalidade’ e a ‘clareza’ dos seus discursos eram incapazes de, por si só, provocarem a convicção dos ‘corações’, como dizia” (Gil, 1995: 11). Escrita que imposta a voz, ou seja, língua natural que oculta o ser produção de natureza segunda, rasurando no mesmo lance metafísico a organicidade de corpos gestantes. Salazar incriado, ou auto-inventando-se como sujeito da História. Ora, é contra esta hermenêutica da verdade que podemos contrastar a leitura do mundo interior e exterior que temos na cronística de *A Janela Fingida* e *O Homem no Arame*, que responde por uma interpretação da *fabrica mundi* que, não dispensando densidades ontológicas dentro e fora do discurso, se subsume à relatividade. Assim, e numa síntese possível da pulsão interpretativa da realidade no âmago destes textos jornalísticos, “a maior objectividade possível” – diz-nos a autora – é “uma objectividade muito relativa” (Carvalho, 1979: 100-101).

Não encontramos na cronística de Maria Judite de Carvalho reunida nos dois volumes que venho referindo – suspendo, de momento, a ponderação de *Este Tempo* (Carvalho, 1991), que, como sabemos, colige crónicas publicadas a partir de 1983 –, referências ora alusivas ora explícitas aos espaços agoráticos como representação sublimada que são do ‘político’, isto é, daquilo que incumbe ao ‘bem comum’. Diria que Maria Judite de Carvalho presta atenção à microfísica do poder, ao poder justamente de produzir e destruir comunidades de coisas e de objectos. Talvez isto signifique que a autora fosse consciente,

<sup>1</sup> Refiro-me ao ensaio *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio d’Água, 1995.

nos finais da década de 60 e princípios da década de 70, de que o poder estriba já não tanto na legiferação da vida e da morte – como no *Leviatã* –, mas na biopolítica. Ou seja, na produção e administração de formas e estilos de vida.

Daí a proeminência e relevo concedidos pelos seus textos ao atrito das coisas e dos objectos sobre as pessoas. Por exemplo, o *novum* da ciência e da tecnologia hegemona-se no ‘mundo da vida’, concorrendo muito embora com a pervivência, numa sociedade como a portuguesa, com a superstição e a magia, mas não sem mover uma certa nostalgia por um passado irrecuperável. Onde antes havia corcéis e carroças, agora há automóveis assassinos e dos seus condutores diz-se serem sujeitos com “licença de porte de volante” (Carvalho, 1979: 58-59). Onde antes havia uma mulher destinada à solidão da *domus aurea*, agora há uma nova solidão feminina acompanhada de “máquinas caseiras” (Carvalho, 1975: 155-156). Globalmente considerada, a ciência e a tecnologia, segundo Maria Judite de Carvalho, falham como motores de progresso, felicidade ou resistência à dominação. As crónicas articulam a noção de um processo de modernização que expulsa tanto os sujeitos individuais como colectivos. É decerto esse o valor alegórico do texto intitulado “Máquinas gritadoras”. Encetado por uma alusão ao romance queirosiano *A Cidade e as Serras*, o texto fala-nos do cronótopo inaugurado pela promessa de uma Modernidade portuguesa que, todavia, “[se foi] complicando”. O destino dessa nova realidade social e existencial, material e simbólica – o *presente* da escrita –, é descrito nos seguintes termos: “há os que levam horas fora do mundo, já não são totalmente seres humanos entre seres humanos, mas só espectadores na platéia da sua casa” (Carvalho, 1979: 60-61). Os indivíduos *virtualizam-se* numa ‘sociedade do espectáculo’. Expropriação de uma existência autêntica e descaracterização da cultura ‘étnica’ genuína: daí que a cronística de Maria Judite de Carvalho nos devolva uma escritora especialmente atenta à ‘americanização’ do mundo.

É notável, de facto, a proeminência concedida à ciência e à tecnologia na cronística coligida nos livros de 1975 e 1979. Gostaria, pois, de sublinhar a importância deste relevo para o estudo do ‘político’ em Maria Judite de Carvalho e, certamente, noutros autores. Entronca com a objectualização geral da sociedade que nos devolve o mundo possível da sua escrita. De que modo? Bruno Latour, no já aludido “From Realpolitik to Dingpolitik or How to Make Things Public” – proposta de uma mudança de paradigma no pensamento da *res publica*, da filosofia política àquilo a que chama “política das coisas” –, distingue três acepções da noção de *representação*, central a definição do *corpo político*. Assim, e de modo sintético, teremos que *representação* refere o conjunto de formas de reunir em assembleia os indivíduos legítimos, sendo este o objecto de reflexão do direito e da ciência política; num segundo sentido, *representação* refere a descrição justa dos objectos que preocupam e em

torno dos quais se reúnem em foro os indivíduos legítimos; enfim, num terceiro significado, *representação* alude à composição e visualização do ‘corpo político’ (Latour, 2005: 6).

Esta última acepção, diríamos, diz respeito à dimensão ‘estética’ ou ‘simbólica’. Todos recordaremos a famosa gravura, atribuída a Abraham Bosse, que serviu de frontispício a *Leviathan*, publicado pela primeira vez em Londres em 1651. Ora, neste sentido, Bruno Latour chama a atenção para o seguinte aspecto desta imagem: “In addition to the throng of little people summed up in the crowned head of the Leviathan, there are objects everywhere” (ibid.: 16). Na representação do *corpo político* há pessoas e há objectos, se bem que a tradição da filosofia política tenha atendido apenas o primeiro termo. O mapeamento do ‘político’ requer, todavia, os objectos, sendo que só assim podemos aspirar a produzir uma teoria da *res publica*. Bruno Latour propõe, enfim, que é precisamente a *res* que faz o ‘político’.

Ora, nas crónicas de Maria Judite de Carvalho – indexáveis à terceira acepção de *representação* –, os objectos são o imantizador do social: os *dissecta membra* de um ‘corpo’ em rigor ausente, como veremos. Mesmo as pessoas que ganham relevo nos seus textos, no entre-dois do documento e da ficção, são objectos. Tomemos como exemplo o percurso narrativo do enxerto cardíaco, do coração transplantado. Temo-lo logo a abrir *A Janela Fingida*, em “O Ano dos Corações Transplantados”, mas volta a ser retomado no texto “Fazer Viver e Deixar Morrer” (Carvalho, 1975: 166-167). Assinalo, aliás, este movimento de toma e retoma de um objecto – casuística variada, é certo, mas especialmente conspícua para os casos do ‘automóvel’ ou da ‘televisão’ – que conforma a escrita da escritora. Ora, no primeiro texto, o coração transplantado move a ponderação de que, afinal, não é um Novo Adão o que nasce com o avanço científico correspondente. Um novo homem que erradicasse a discriminação racial, por exemplo. A crónica de Maria Judite de Carvalho, é certo, apresenta alterados os dados do primeiro transplante levado a cabo pelo Doutor Christiaan Barnard a 3 de Dezembro de 1967. De um modo muito curioso: ao paciente Louis Waskansky foi transplantado não o coração de um negro – como propõe a crónica – mas de uma mulher, Denise Darvall! O texto de Maria Judite de Carvalho reverbera um momento em que o Estado Português, no contexto da Guerra Colonial, se encontra francamente empenhado nas relações com a África do Sul, que culminariam, como se sabe, com o projecto de Cahora Bassa... Daí, porventura, a entrada no texto da questão racial, que postula a possibilidade de um coração negro num corpo branco. Ora, o intuito global da crónica é o de relativizar o progresso científico, verdadeira medida do tempo, inconsequente no que toca à fundação de uma sociedade mais igualitária, fraternal e justa. Que o coração seja apenas um músculo – e é com este asserto que conclui o texto – significa várias coisas, entre elas a de que o *proprium hominis* é de natureza moral.

Na segunda efabulação, “Fazer Viver e Deixar Morrer”, temos, por outro lado, um reforço da negação do fideísmo científico: “Petrus Smith [a quem foi feito um enxerto cárdio-vascular] é, pois, um recém-nascido não sabemos de que idade nem de que cor, um recém-nascido sem pai nem mãe e cheio de problemas de homem: renda de casa, alimentação, roupa, uma operação a pagar”. (Carvalho, 1975: 167). O sintagma ‘fazer viver e deixar morrer’ dá conta de forma eloquente, do meu ponto de vista, da transformação estrutural do poder no devir da história moderna, que passa precisamente a assentar, na modernidade tardia, na administração da vida. Se o estado hobbesiano, leviatanesco, tem ainda um fundamento no ‘fazer morrer’, nas sociedades a que se vem chamando sociedades de controlo, o poder radica na ‘produção da vida’, isto é, de formas e estilos de vida. Numa biopolítica, como propôs Michel Foucault. A própria morte é, enfim, administrada pela conformação de um *estilo de vida*: por exemplo, a ocupação do espaço pelo ‘automóvel’, que supõe, precisamente, uma conduta social nova pela qual o asfalto pode ser um destino mortal.

Pensada nos termos de uma “política das coisas”, a cronística de Maria Judite de Carvalho devolve-nos algo importante. Ao contrário do que viria a ser a visão hegemónica de certos discursos pós-25 de Abril, a sociedade portuguesa anterior a essa nova entrada na História, não é uma sociedade totalmente imóvel. Move-se, e muito, ao nível do ‘mundo da vida’, sobretudo ao nível das materialidades da comunicação. Isto é importante porque mostra como algumas das determinações ‘tardo-capitalistas’ – e, no âmbito dos discursos simbólicos, ‘pós-modernas’ – redefinem a auto-imagem da sociedade portuguesa, a sociedade portuguesa que cruzará praticamente intacta o advento da Democracia em 1974. Auto-imagem e materialidades que, vista a questão de um outro ângulo, condicionaram o advento democrático como acontecimento. A nova república vai jogar-se justamente na inflação dos lugares de representação agoráticos – os ‘Palácios da Razão’ a que alude Latour – descurando que as tecnologias da representação passam por muitas outras assembleias, por outros núcleos de produção de comunidade.

Por exemplo, a comunidade de leitores revistas como as que são referidas em diferentes textos de Maria Judite de Carvalho, ou, enfim, a comunidade dos leitores das suas crónicas jornalísticas – de que, enfim, não dispomos de um conhecimento cabal. Ou aquela nova comunidade de telespectadores que temos também retratada em vários textos. Em suma, o ‘corpo político’ não é apenas aquele que um novo Parlamento ou uma nova Constituição *representa*, é também o conjunto movente de foros que se identificam em torno de outros objectos. Na verdade, as materialidades, e as suas peculiares temporalidades, das diferentes tecnologias da representação – múltiplas, relativamente autónomas e assimétricas – são as que definem o ‘político’.

Voltemos às coisas e objectos refractados nas crónicas de Maria Judite de Carvalho. O ‘coração transplantado’ que antes referi, na versão justamente não científica e em grande medida resistente ao fideísmo científico, da escritora, é bem o exemplo da latência de uma *coisa pública* que já não pode ser imaginada como um *corpo*, pelo menos como o vinha sendo na versão estadonovista de um *corpo místico imperial*. No belo texto “Ardina”, penúltimo de *O Homem no Arame*, diz-se precisamente “[d]esta nossa cidade [de Lisboa], grande e confusa cabeça do corpo frágil que é Portugal” (Carvalho, 1979: 192). Imagina-se, assim, uma impressionante nova cosmologia dessublimada: “Aqui, nesta cidade, noutras maiores, claro, as estrelas foram apagadas e substituídas, e, quando avistamos um ponto luminoso, nem sequer é o planeta Vénus, mas a lanterna que fica acesa toda a noite no alto de um prédio em construção” (ibid.: 94-95). Terra sem terra ou, o que é o mesmo, desterritorialização da bulímica urbe lisboeta – a “terra de ninguém chamada Chiado” –, que é ao mesmo tempo outra territorialização, dita “geometria gelada da cidade” – sítio inóspito de sobreviventes e naufragos, como o são as personagens das crónicas de Maria Judite de Carvalho. Na nova *fabrica mundi*, a espacialidade é a de uma errância ‘sem terra’, de que o ‘turismo’ – tema de diversas crónicas – é subproduto: “Ser turista é um estado de graça. Que como todos os estados de graça, faz com que o espírito domine a matéria” (ibid.: 113). É este “estado de graça” que é impossível aos habitantes autóctones de uma grande cidade como Lisboa, modulada ao invés pelas tópicas da “ilha” e do “campo de concentração” (cf. o texto “Chuva” [Carvalho, 1979: 96-97]).

Ora, este mundo determinado por “um longo futuro de céu tapado, de sol ausente” (ibid.: 96) inviabiliza a humanidade. Falta um Novo Adão porque o novo homem é tão-só uma cobaia, a humanidade, uma humanidade “no arame” – a de “um homem em equilíbrio no fio da navalha” (ibid.: 167), como lemos noutro texto. Tudo isto aponta também para que, globalmente considerados, os objectos subsumem as pessoas à sua lógica impiedosa e despossuem os indivíduos de uma humanidade que significasse a possibilidade de plena realização das potencialidades humanas e o cumprimento do desígnio humanista da *dignitatis humana*. Daí, por um lado, o baixo-contínuo *trágico* das figuras efabuladas nas crónicas, imersas num beco-sem-saída existencial. Casos extremos dos ‘sobreviventes’ e ‘naufragos’: a jovem empregada que simula o suicídio por influência fotonovelsca, e que acaba afinal com outro suicídio social, a perda do emprego; as velhotas que morrem na solidão mais absoluta; ou ainda a jovem que descobre que, por muito que a telefonia a ‘ligue’ ao mundo, afinal perdeu a ‘voz’ (ibid.: 100-101). Alienação da humanidade, pois, não fosse o uso do vocábulo ‘alienação’ matizado na analítica social e cultural de Maria Judite de Carvalho. A autora, numa breve mas magistral pincelada, mostra-nos como a sua

interpretação e descrição do mundo, decerto empenhada e comprometida, não obedece propriamente à gramática das ideologias. No texto “A Bordadora”, uma jovem cliente impõe à artesã o rótulo de ‘mulher alienada’: “Uma cliente fizera para ali um discurso sem pés nem cabeça e no fim chamava-lhe alienada. Alienada seria a outra” (ibid.: 71). Se o texto visa relativizar a noção do trabalho como alienação, sobrevém uma cena doméstica entre a bordadora e o marido que acaba por representar as determinações de género na distribuição social do poder; ou se se quiser, acaba por focalizar a alienação – agora sim – da mulher à ordem patriarcal que sustenta o mundo. Outro exemplo de leitura *compassiva* do mundo por parte da cronista temo-lo no texto “Burocracia”. Os burocratas são vistos como “parafusos” ou “rodinhas”, mas a voz do texto não se exime ao contrafactual de se colocar na posição dos “parafusos” e “rodinhas”: “E se eu ali estivesse? Podia ter acontecido, não? Nós não escolhemos os lugares onde vamos morar na vida, somos escolhidos por eles, presos dentro deles” (ibid.: 76).

Assim, nas crónicas de Maria Judite de Carvalho temos algo como uma sociedade em transe de desapareição, “no arame” da falência do humano. Efectivamente, um axioma percorre a cronística da autora d’*As Palavras Pougadas*: o de que existe um homem e uma humanidade ontologicamente ‘exterior’ à técnica e à tecnologia (cf. Sloterdijk, 2008). Um *a priori* de cunho romântico e idealista que, neste sentido, se projecta sobre a escrita, a arte e o artista. A tecnologia – seja a máquina da voz, seja a máquina da escrita a que aludo no título da minha intervenção – não é vista como sendo responsável pela *produção* de uma ‘voz autoral’, o que de facto é, mas antes como um dispositivo de reprodução mecânica da ‘voz humana’, degradando-a. Determinações de um humanismo como o de Maria Judite de Carvalho, que poderíamos porventura vincular a Sartre, ou ao Sartre que leu a *Carta sobre o Humanismo* de Heidegger. A escrita da autora de *A Janela Fingida* e *O Homem no Arame* é sustentada na tensão entre a sublimação da ‘voz autoral’, coisa *naturalizada*, e a sua denegação pelas tecnologias que a produzem. É neste sentido que a crónica é arte. Contudo, e como formulam Bruno Latour e Antoine Hennion, revendo um conhecido ensaio benjaminiano, “[t]echnique has always been the means of producing art; it is not a modern perversion of some prior, disembodied creativity” (Latour, 2003: 94). Retomarei esta questão no desfecho provisório deste ensaio.

Antes ainda, insistiria que há algo de heideggeriano no modo como Maria Judite de Carvalho entende o que seja um objecto, ou pelo menos algo que a noção heideggeriana de objecto permite iluminar. A similitude ou vínculo provém concretamente da noção da existência de um objecto dependente da consciência dele. Num mundo que é uma massa silenciosa de objectos, a sua discrecionalidade é resultado de um acto de consciência. Ao

serem pura funcionalidade insciente, só são *visíveis* através da percepção consciente. Note-se, neste sentido, que os objectos que comecei por mencionar, e que enchem os textos de Maria Judite de Carvalho, são objectos na medida em que já não funcionam ou funcionam mal. De outro modo, *seriam invisíveis*. O velho carro que já só avança lentamente num engarrafamento, que pára na ponte ou na Rotunda do Marquês, é um exemplo eloquente e maior da cronística da autora de *Tanta Gente, Mariana*. Significativamente, pertence a um texto intitulado “Os Objectos”! Aliás, a estilização – enfim, estetização – deste automóvel cansado, não será outra coisa senão a sua desfuncionalização radical. Isto é, enquanto objecto estético, perfaz o seu devir objecto, cancelando irremediavelmente a sua função. Não muito diferentes são, neste sentido, os ‘sobreviventes’ e ‘náufragos’ das crónicas. Por todo eles – velhos, mulheres, crianças –, fique aquela “mulher inteligente, solitária e sem solução” (Carvalho, 1979: 107) do texto “Telefonema 2”. O mundo que a cronística refracta é um mundo sem emenda. E isto não significa claudicar por desespero. Poderá significar, tão-sómente, que a inteligência do presente se joga contra “um longo futuro de céu tapado, de sol ausente”.

Esta consideração lassamente fenomenológica do objecto tem um momento álgido no texto “A Realidade e a Ficção”, em que o arqueólogo e santo do futuro São Leibowitz, ao tocar os objectos do passado, já não pensa neles em termos concretos. Numa crónica detonada, como tantas outras, pela leitura de uma notícia de jornal lida em 1970, eis a prognose ficcional e real do devir da massa objectual que enche o ‘mundo da vida’ no limiar do último quartel do século: “As recordações do século XX que ficarão sepultadas nesta cidade durante 5000 anos, numa cápsula do tempo, incluirão um *soutien*, *batôns* e uma dentadura postiça. A cápsula, contendo um total de 2068 objectos, será enterrada ao comemorar-se a Exposição Mundial do Japão, em 1970, e será aberta no ano de 6970” (Carvalho, 1975: 154). Não pretendo, neste momento, insistir mais no peculiar modelo fenomenológico de Maria Judite de Carvalho. Anoto apenas que o dispositivo supõe a descrição do modo como os objectos *aparecem* à consciência, e o seguinte lugar do texto “A Janela Fingida” é sem dúvida uma estação obrigatória desta ponderação: “[N]ão acredito na matéria totalmente bruta, acho que as coisas pensam embora pensem errado, ou, pelo menos, de um modo estranho. Nunca vos desapareceram das mãos, as coisas? A mim desaparecem” (ibid.: 24). E, contudo, o que me instiga definitivamente na cronística reunida nos volumes de 1975 e 1979, é o encontrarmos nela diferentes lugares em que se nos devolve, precisamente, a acção nua e prévia à consciência, da tal “matéria totalmente bruta”, como lhe chama a escritora.

Efectivamente, temos nestas obras plasmada uma ampla casuística daquilo a que podemos chamar, provisoriamente, “experiência estética dos objectos”. O magnetismo fascinatório dos objectos cobre uma variada fenomenologia sensorial e cognitiva: há objectos mais ou menos próximos, mais ou menos distantes; e verificam-se diferentes graduações dos seus modos de singularização e permanência. Nuns predomina o contacto visual, noutros o auditivo, o que sem dúvida conduz a diferentes racionalidades intelectivas e perceptivas. Fique, de momento, como *exemplum* de todos eles enquanto magnetos alucinatórios, o seguinte lugar: “Estamos de facto na época das máquinas gritadoras, e o Homem é o seu adorador incondicional. Há a necessidade de uma coisa chamada ruído, e quanto mais alto ele for, melhor. As pessoas já não sabem viver em silêncio. O ruído é uma droga um pouco alucinatória ou que talvez faça, é possível, esquecer a vida de todos os dias” (Carvalho, 1979: 61). Ruído e silêncio, imagética que decerto Heidegger subscreveria como figuras do diagnóstico de uma humanidade inviável.

Concluo regressando às máquinas da voz e da escrita prometidas no título. No texto “A Jovem e a Máquina de Escrever”, de *O Homem no Arame*, temos o melhor exemplo de como o funcionamento maquínico é basicamente inumano: “[A jovem secretária] descobriu um dia, de repente, que ser máquina é bom para as máquinas e não para as criaturas de Deus. E foi dar uma volta a fim de aclarar ideias e pensar em mudar de vida” (ibid.: 85). Como “há máquinas e máquinas”, a jovem dactilógrafa toma consciência da sua alienação ao objecto, e o tomar consciência *move* a vontade de “mudar de vida”. Entre outras coisas, este texto reconduz-nos novamente a um modelo, também idealizado, de escrita. A escrita, para Maria Judite de Carvalho, é, enfim, um avatar da língua da infância. É o que lemos precisamente no belo texto “A Janela Fingida”. A “janela” é uma *figura* da “escrita”: a cronística de “palavras poupadas”, entre o documento e a efabulação, é *como* uma janela imaginária a dar para o mundo. A consciência de ser “fingida” é a consciência de ser uma “transparência opaca”. O presente detona a memória da casa da infância, que é também como uma mônada com janela imaginada. Uma descrição da infância, em suma, e da língua enclaustrada e silenciosa que é a sua – *in fans*, lembrava Lyotard, significa etimologicamente “aquele que não fala” –, uma língua que inventa mundos possíveis como num jogo. Assim, a infantil “janela fingida” será prefiguração da escrita: “Não via nada, claro está, só a parede e o papel da parede” (Carvalho, 1975: 46). O papel da parede, ou o papel em que se escreve, e em que, enfim, o escritor inventa mundos de ficção – havendo, claro, realidade na ficção. Mundo regido pela lei das “falsas certezas”, da transparência opaca, da vidência cega.

O texto “O Gravador”, bem vistas as coisas, fala-nos precisamente desta “voz autoral” que fosse como uma língua silenciosa, isto é, que não fosse como as línguas são. Uma não língua que, afinal, não é exactamente aquela que uma fita magnética inscreve, reproduz e conserva: “Uma pequena máquina que rasga os véus entre nós e a nossa voz, que a fixa ali, como ela é, na fitinha castanha, até à curta eternidade das fitas magnéticas. Ali está ela, a minha voz (dizem todos que sim e eu acredito) a dizer não sei o quê há três meses e tal, uma frase qualquer sem pés nem cabeça, a que me ocorreu na altura” (ibid.: 26). O que o texto nos diz é que quem diz estranhar a própria “voz” necessita, não sem ironia, da sanção dos outros para se identificar na “voz” reproduzida; diz-nos ainda que há uma “voz só voz” (ibid.: 108) que se objectualiza na fita magnética. Mas diz-nos, também, de uma voz *interior* não alienada que escreve como quem escrevesse “no vento”, que é o modo de escrita com que concluem ambas as colectâneas de crónicas de Maria Judite de Carvalho: “Eis-me pois aqui, à janela, e não sei nada. Encosto-me à vidraça e olho” (ibid.: 186). A “voz” é uma figura maior da cronística reunida em *A Janela Fingida* e *O Homem no Arame*. Tanto a voz própria como as vozes dos *outros*, ambas, de um modo ou outro, expropriadas. Assim, é *analogon* do “humano”, ao ser o objecto mais concreto da paisagem e dos povoadores da paisagem, mas também o objecto mais abstracto. E isto porque a “voz”, na sua dimensão acústica, pertence ao *hic et nunc* evanescente do tempo que passa e do espaço que contínuas territorializações e desterritorializações subsumem. O que se não resolve é a tensão entre aquela “voz estética” e a “estética da ciência e a tecnologia” que conforma a dimensão “política” da cronística de Maria Judite de Carvalho.

## BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Maria Judite de (1975). *A Janela Fingida*. Lisboa: Seara Nova  
 (1979). *O Homem no Arame*. Lisboa: Livraria Bertrand.  
 (1991). *Este Tempo. Crónicas*. Lisboa: Caminho.
- GIL, José (1995). *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio d’ Água.
- LATOUR, Bruno (2005). “From Realpolitik to Dingpolitik or How to Make Things Public”. In Bruno Latour e Peter Weibel, eds. *Making Things Public. Atmospheres of Democracy*. Karlsruhe-Londres: ZKM/The MIT Press, 14-41.
- LATOUR, Bruno e Antoine Hennion (2003). “How to Make Mistakes on so Many Things at Once – and Become Famous for It”. In Hans Ulrich Gumbrecht e Michael Marrinan, eds. *Mapping Benjamin. The Work of Art in the Digital Age*. Stanford: Stanford University Press.
- SLOTERDIJK, Peter (2008). *Regras Para o Parque Humano*. Prefácio de Luís Quintais, tradução de Manuel Resende. Coimbra: Angelus Novus.

## RESUMO

Nas crônicas de Maria Judite de Carvalho temos algo como uma sociedade em transe de desapareção, "no arame" da falência do humano.

## ABSTRACT

In Maria Judite de Carvalho's chronicles we find a society on the verge of extinction and "on the wire" of human breakdown.

